

# X

## REDES DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS TRANS: HISTÓRICO, CONQUISTAS E DESAFIOS\*

*Elisba Silva de Jesus*

Este capítulo é o resultado de parte da minha pesquisa para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Dois homens trans e duas mulheres trans foram entrevistados em 2018, na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, a respeito de como elas e eles percebem o acolhimento de suas respectivas identidades de gênero nos espaços sociais onde puderam transitar. Entendo que a comunidade trans brasileira continua excluída dos espaços de poder de construção do conhecimento, como as mídias e a academia. Por isso, optei pela metodologia de pesquisa qualitativa, com o foco em histórias de vida, através da entrevista semiestruturada.

O conhecimento sobre ser ou não ser trans, foi e é transmitido de forma oral, ainda que nos dias de hoje possa ser acessado de forma literária e digital. No sentido de compreender o tema a partir da história oral, optei por trazer aqui o relato de dois homens trans e duas mulheres trans como ponto de partida para a discussão a respeito da importância da criação e fortalecimento de redes de apoio para a nossa comunidade. Assim, trechos das entrevistas dialogam com a história do movimento trans, obtido através de artigos já produzido.

As redes de acolhimento para pessoas trans brasileiras promove o reconhecimento da humanidade, da cidadania e da autonomia, ao mesmo tempo que supera práticas de exclusão, marginalização e invisibilidade. A começar pelo resgate e reconhecimento da subjetividade comumente negligenciada ainda na família. A falta de representatividade nos faz crescer sem ter um referencial de apoio, a não ser as referências masculinas e fe-

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-12-3-f.179-190

mininas impostas, muitas vezes de forma violenta, pela sociedade na figura do homem e da mulher cisgêneros. A família, a escola e outras instituições exercem o que conhecemos por policiamento de gênero, que a todo instante vigia se a criança está a seguir o destino cultural imposto pela sociedade dominante. Contudo, o esforço das organizações e associações de travestis e transexuais, com muita luta, ao longo das últimas décadas, resultou na promoção de políticas públicas para o acesso de pessoas trans a espaços sociais antes negados, ainda que de forma tímida. A importância das redes de apoio para pessoas trans têm caráter histórico e demonstra que a nossa luta depende da articulação tanto dentro da comunidade através da formação política, quanto fora do nosso meio, pela formação de alianças com a sociedade civil e o poder público.

É comum as pessoas acreditarem que ser homem ou mulher é uma questão biológica, imutável, inscrita numa suposta essencialidade que nasce com o indivíduo. Assim, acredita-se que o destino de uma pessoa possa ser traçado desde antes do nascimento e que, naturalmente a pessoa vai corresponder a estas expectativas. Contudo, todas as pessoas passam por processos de construção da identidade, e mesmo que não percebam, existem outras maneiras de se constituir como pessoa. Conforme o relato de Caio, percebe-se que o conflito com a imposição de gênero feminino marcou a sua vida como homem trans e como foi importante ser reconhecido e acolhido através de sua namorada, a qual o ajudou a compreender o processo pelo qual ele passava:

*Eu tentava me aceitar como mulher e quando eu quase surtava dizia para mim mesmo “eu já me aceitei” e vivi um tempo com isso na cabeça. Nessa época conheci minha atual namorada e ela percebeu o que estava acontecendo, que eu não era mulher e foi quando contei que estava em conflito com meu gênero biológico. Eu precisava lidar com os conflitos em relação ao meu corpo, lidar com a aceitação obrigatória do gênero que me foi imposto, lidar com o preconceito das pessoas e até mesmo com o meu próprio preconceito (Caio, 2018).*

Lidar com o preconceito contra a transexualidade é lidar com toda a construção social do que é ser mulher e sobre o que é ser homem em nossa sociedade, conforme apontando por Caio e comentado por

Berenice Bento (2008), socióloga e pesquisadora da área de gênero, a partir do que denominou de heteroterrorismo. Ou seja, quando a imposição da heterossexualidade se torna um terror na vida de pessoas trans ao ponto de elas e eles questionarem a si próprio ao internalizar a culpa, como Caio diz quando passou a questionar o seu gênero biológico. Principalmente pela falta de apoio, a ignorância de não saber sobre o assunto e a angústia em não corresponder ao esperado. O terror da heterossexualidade compulsória e a falta de apoio também aparecem no relato de vida do Mateus:

*Eu tinha muito medo de me abrir na época por questões de família, tinha medo de sofrer alguma coisa, algum preconceito, alguma coisa grave. Eu tinha muito medo disso. Mas eles já sabiam da minha orientação sexual, pois eu já sabia que possuía atração por meninas e nessa época eu ouvia muito o termo homossexual principalmente pela televisão. Mas, eu pensava que eu era mais do que aquilo, embora parecesse que eu me encaixasse naquele termo. Eu comecei a cortar o cabelo, mas eu ainda o deixava meio grande, eu sempre estava me olhando e me questionando: “não, tem alguma coisa diferente”. Mas, eu sentia medo, eu tinha medo do que eu ia ver, pois eu sabia que tinha alguma coisa a mais ali, em mim. Nessa época eu já não andava tão menininha, eu andava meio andrógino. Eu vinha me questionando há muito tempo e chegou uma hora que disparou um alarme dentro de mim, pois eu não conseguia me sentir bem com tudo: roupa, cabelo e corpo. A adolescência foi a pior fase (Mateus, 2018).*

O medo ao qual Mateus se refere é vivenciado por milhares de adolescentes trans que são expulsas de casa direta ou indiretamente devido ao ódio e preconceito enfrentados cotidianamente. Na falta de acolhimento, sem oportunidades de emprego que lhes possam prover sustento suficiente para morar, vestir, se alimentar e viver uma vida cidadã digna, muitas e muitos jovens são cooptados pela prostituição, tráfico de drogas e tráfico humano para fins de exploração sexual, conforme relata a pesquisadora e presidente da Associação Transgêneros de Sorocaba - ATS, Thara Wells (2019). Para ela, só resta a prostituição para pessoas trans, em sua maioria travestis, quando elas são expulsas de casa na pré adolescência, lançadas à própria sorte onde os traumas e os silenciamentos

impõem “*um imenso vazão de não ser, não ter, nem nunca pertencer*” (WELLS, 2019, p. 50). Além disso, é muito comum pessoas trans serem confundidas com homossexuais, devido à exclusão do conhecimento e entendimento sobre o que é transexualidade.

Este cenário aparece no relato de duas travestis da cidade de Sorocaba, onde elas conseguiram remuneração para sobreviver na prostituição. Elas ainda contam como ser travesti significa estar em confronto com discursos de imposição de uma norma que não as contempla enquanto pessoa. Aurora (2018), uma das entrevistadas relata:

*Eu nunca me senti gay, porque sempre percebi que era diferente dos meus amigos gays basicamente no comportamento. Então, eu percebia que eu precisava sempre estar caracterizada no feminino pra eu me sentir feliz. Pra eu me sentir bem e querer estar numa festa eu tinha que estar com roupas femininas. Eu cheguei a tomar alguns hormônios na época durante seis meses e posso dizer que fiz uma espécie de transição definitiva mesmo quando passei a morar em Sorocaba e iniciei a prostituição na noite, pois, a partir daí, fiz a cirurgia de colocação de prótese no peito. E também naquela época era tudo meio instintivo (Aurora, 2018).*

Ainda assim, a rua traz uma falsa ilusão de aceitação, pois a indústria da exploração sexual precisa ser constantemente alimentada por jovens expulsas de casa, com baixa autoestima, marginalizadas e sem perspectiva de vida. Muitas vezes, cafetões e cafetinas vendem a ideia da glamourização da prostituição como meio de realização de sonhos (WELLS, 2019). Segundo a travesti Crystal, não havia muito onde se apoiar e ser acolhida, a não ser na própria convicção subjetiva de quem se é, pois sempre soube que o problema estava no modo como as pessoas a tratavam:

*Eu não tive, vamos dizer, assim uma transição. Mesmo porque eu sempre fui assim, agora ser assim é uma construção social das pessoas para comigo. Quando eu tinha uns 17 pra 18 anos comecei a conhecer o que era uma travesti, uma transexual, ao frequentar a vida noturna (Crystal, 2018).*

Ambas as travestis, Crystal e Aurora, viram-se coagidas pela vida noturna nas ruas da cidade de Sorocaba, onde os movimentos sociais de pessoas travestis ainda não tinham se consolidado no interior, no fim da década de 1990. A comunidade homossexual, em meados da década de 1980, gostaria de incluir o termo orientação sexual para que seus direitos pudessem ser assegurados por Lei. No então debate sobre a Constituição de 1988 eles procuravam se distanciar de qualquer representação social próxima da feminilidade, ao alegar que suas vidas se restringiam a uma orientação pelo desejo sexual e não necessariamente a vontade de parecer com o gênero oposto. Assim, as pautas das travestis e transexuais seguiu excluído dos debates, e conforme nos relata Crystal, as travestis seguiam sendo comparadas a homossexuais efeminados:

*Na época que eu fiz a minha passagem do mundo em que eu vivia para o mundo da travesti, ainda não se falava de identidade de gênero. Todo mundo era homossexual, só que havia alguns homossexuais afeminados demais e outros eram homossexuais considerados barbie - que eram os musculosos dentro daquele contexto do que é um homem barbudo com todos os atributos sociais masculinos. E eu não me encaixava porque eu era afeminada demais. Então onde eu fui aceita foi no mundo da travesti (Crystal, 2018).*

O mundo da travesti é o primeiro que acolhe? No trabalho de Carvalho & Carrara (2013) foram entrevistadas as principais lideranças do movimento de travestis e transexuais brasileiras. Neste artigo é possível compreender como as redes de acolhimento surgiram nas esquinas da encruzilhada dos seguintes fatores: a chegada no Brasil da epidemia da AIDS e a violência policial herdada pela ditadura. Em resposta ao crescente número de infectados, o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) iniciou atividades de conscientização com profissionais do sexo. Os primeiros encontros da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), com a travesti negra Jovanna Cardoso uma das pioneiras, aconteceu no mesmo local. As redes de acolhimento começaram a ganhar importância e a urgência do debate sobre a saúde e a vida das travestis, levou a ASTRAL a organizar o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados (ENTLAIDS) sob o slogan “Cidadania não tem

roupa certa” que reuniu 95 participantes de cinco estados. No Rio Grande do Sul, a primeira ONG de travestis e transexuais do Rio Grande do Sul surge na figura da Marcelly Malta, que também compôs mais tarde a diretoria da ANTRA e representou a ABGLT sulista.

A Indianara Siqueira é uma travesti que também foi pioneira no movimento ao fundar o Grupo Filadélfia de Travestis, Transexuais, Gays, Lésbicas e Liberados em Santos e, atualmente gerencia uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ e negras na cidade do Rio de Janeiro. Outras organizações foram surgindo após os sucessivos encontros e até mesmo divergências dentro do movimento, como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999. A travesti Aurora novamente compartilha conosco como teve contato com o mundo transexual:

Lembro que surgiu a revista GMagazine e eu lia essa revista, eu até ganhava de algumas pessoas, então eu lia a coluna da Cláudia Wonder, que eram os primeiros rascunhos a se falar de trans, de transexualidade, de travesti de um jeito que se poderia entender. Eu gostava muito de ler a coluna dela. Foi o primeiro contato que eu tive de uma maneira mais literária com a transexualidade, de entender que eu era aquilo. Eu lembro que na escola assim me chamavam de Roberta Close de uma forma caricata como se eu estivéssemos no mesmo patamar, mas não era um elogio, era um deboche. A Roberta Close porque naquela época era a única referência travesti a nível nacional e não tinham mais referências. Ela aparecia na televisão na extinta TV Manchete sempre como um personagem controverso. Eu não entendia muito bem, acredito que era um sátira. (Aurora, 2018)

A transfobia recreativa era o véu sob o qual se representavam a transexualidade nesta época. A chacota e o riso por vezes davam lugar ao exótico, erótico e sensual. Enquanto que nas capitais surgiam as associações, no interior o relato de Crystal nos traz uma ideia de como ela encarava o confronto entre os termos travesti, transexual e homossexual:

Nessa época não tinha muito o que se saber sobre o que se era, eu só sabia que eu não era gay. Acho que fui entender o que era trans de-

pois nos anos 2000 quando eu comecei a ter contato com esse referencial. Então comecei a entender que era mesmo travesti dentro do universo trans. Até os anos 90 era muito pejorativo ser travesti, no meio dos gays se era muito excluída. Existiam alguns gays na escola que só andavam comigo se tivesse uma menina junto, porque eles tinham muita vergonha por eu ser muito feminina (Crystal, 2018).

Neste sentido, a veiculação dos discursos sobre pessoas trans na forma de identidade de gênero rompe com os discursos até então vigentes que colocavam travestis e transexuais nas margens da sociedade. Ver histórias parecidas com as nossas em revistas, jornais, filmes, séries, televisão e nos debates, reforça o sentimento de pertencimento e representatividade. Se para pessoas trans mais velhas essa oportunidade foi negada ou aparecia na forma de rascunhos quando eram jovens, conforme relata Crystal, para Matheus ter acesso a conteúdos sobre transexualidade foi o divisor de águas em sua vida. A história da primeira mulher transexual a ser submetida por uma cirurgia de redesignação foi vista por Matheus através de um filme e reforçou nele o sentimento que vinha questionando a um tempo:

Quando eu tinha por volta de 22 anos eu assisti o filme “A Garota Dinamarquesa”, que conta a história de uma das primeiras mulheres trans, e aquilo disparou alguma coisa em mim. Até então eu não usava mais roupas masculinas desde quando eu era criança, foi quando eu peguei algumas roupas emprestadas de um amigo meu. Nunca me esqueço disso, quando vesti o short e a camiseta pela primeira vez e olhei no espelho, por mais que eu tivesse curvas e não tinha o corpo como eu queria, senti na hora que sou um menino. Falei para mim mesmo que eu não era o ser que habitava no meu corpo até aquele momento: “eu sou um menino”, disse para mim mesmo. A partir de então comecei a pesquisar cada vez mais e foi quando eu descobri que dava pra mudar, tinham pessoas que se hormonizavam, que mudavam o corpo, que era possível mudar a voz, que eu podia ter barba, que no corpo ia sumir as curvas. Desde então tudo começou a fazer sentido.

Através do filme, Mateus teve contato com a transexualidade de forma que ele pudesse fazer o paralelo com a sua vida própria vida. Com o apoio de um amigo começou a explorar as possibilidades de expressar

sua identidade através da moda com roupas masculinas, o que abriu as portas pro mundo da transexualidade. A partir daí ele começou a pesquisar e conhecer o mundo trans, que no século 21 já apresentava pelo menos 3 décadas de história e resistência, as quais já era possível ter contato através das mídias digitais. Caio, outro homem trans entrevistado, conta como teve acesso ao debate sobre transgeneridades em 2017:

Naquele ano o tema da Parada LGBT de Sorocaba era sobre a luta trans e eu comecei a frequentar bastante as rodas de debates organizada pelo Nós Diversos cujos temas eram sobre pessoas trans, travestis, Drag Queens e Drag Kings, o que foi bem importante para a construção do meu eu, pro meu entendimento. Ver e ouvir as pessoas trans, principalmente homens trans compartilhando como era a infância deles, como eles lidavam com o corpo, com os preconceitos sem saber que eram preconceitos, o julgamento das pessoas sem eles terem essa consciência crítica foi bem crucial para eu entender a existência de pessoas trans e entender que eu também sou uma pessoa trans. Eu me via naquelas histórias e a partir de então foi muito importante pra minha construção, pro meu entendimento de gênero, do meu próprio gênero." (Caio, 22 anos, 20/05/2018).

A Parada LGBT de Sorocaba em 2016 ergueu a bandeira da luta contra a transfobia e convidou toda a comunidade da sigla: gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais quanto da sociedade civil individual ou organizada em outros tipos de coletivos para somarem na luta por justiça e igualdade de direitos e oportunidades. A organização contou uma rede de apoio exercida pelo SESC Sorocaba, o grupo Nós Diversos, Associação Pode Crer, UFSCar Sorocaba e o Conselho Trans da cidade. Houve a exibição do filme “Meu Corpo é Político”, o debate sobre Feminismo Negro e Violência de Gênero, com a participação da filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro, e o debate sobre a visibilidade trans, organizado pelo Nós Diversos em apoio com o SESC Sorocaba e o Núcleo de Estudos em Gênero, Diferenças e Sexualidade - NEGDS da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, campus Sorocaba. Este núcleo promove a construção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, constituindo uma importante rede intelectual que promove o fortalecimento da co-

comunidade LGBT da cidade ao articular ensino, pesquisa e extensão, assim como a divulgação científica.

Naquele mesmo ano, o tema da parada LGBT de São Paulo foi sobre transgêneros. Estima-se que em São Paulo o evento arrecada cerca de 400 milhões de reais, mas deste total, quanto retorna para a nossa comunidade em forma de políticas públicas? O projeto TransCidadania e o Museu da Diversidade Sexual são duas das poucas políticas públicas vigentes na cidade de São Paulo. Ainda assim, as paradas se constituem como espaço de celebração e oportunidade de livre expressão do gênero e da sexualidade invisibilizadas pela sociedade. As paradas, podem se tornar palco de lutas de políticas ao resgatar seu caráter histórico que é o empoderamento da comunidade por direitos civis básicos e reconhecimento das nossas humanidades roubadas, conforme vimos nos relatos. Contudo, é necessário que nossa comunidade seja politizada e engajada nas lutas por transformação social.

A rede de apoio para pessoas trans perpassa questões familiares, políticas, educacionais e de promoção à saúde. Buscar atendimento médico especializado é uma verdadeira batalha num país que conta com apenas cinco centros especializados em transexualidade, baseados no processo transexualizador do SUS. Há dois centros da rede privada que oferecem cirurgias e transição segura, mas cujos valores exorbitantes excluem a grande maioria das pessoas trans. Embora exista a mais de uma década, o processo transexualizador ainda está longe de se tornar universal. A transição envolve mudanças biológicas alcançadas por meio de cirurgias e hormonização, as quais requerem profissionais altamente especializados, desde o atendimento inicial nas unidades básicas de saúde até cirurgões e acompanhamento fisioterapeuta pós-operatório.

Os profissionais precisam estar preparados para acolher pacientes trans de forma humanizada, livre de concepções patologizantes e que comece pelo respeito ao nome. Além disso, o apoio à saúde mental é fundamental, devido ao preconceito que enfrentamos cotidianamente antes, durante e após a transição.

A falta de redes de apoio na área da saúde compromete a transição segura de pessoas trans, as quais acabam por recorrer a procedimentos clandestinos como automedicação, mutilação genital, aplicação irre-

gular de silicones de uso industrial e colocação de próteses em ambientes insalubre com pessoas não capacitadas. Toda essa angústia foi vivenciada por Mateus, homem trans de Sorocaba, onde não existe um ambulatório transexualizador.

Eu fiquei pensando sobre tomar ou não hormônios durante uns dois anos, pois embora eu estivesse trabalhando e pudesse arcar com os custos da hormonioterapia particular - na rede pública não existe hormonioterapia em Sorocaba - eu pensava nas questões sociais. Eu pensava sobre não ter o psicológico suficiente para lidar com a sociedade, lidar com a família, lidar com todas as mudanças. Outro parâmetro: não tive apoio moral da família. Eu tinha apoio de amigos que sempre falavam “você tem que ser o que você é”, e acredito que se não fosse esse pouco apoio eu realmente não teria transicionado porque acredito que a gente começa a transicionar mesmo quando se decide cortar o cabelo, mudar as roupas e ser quem se é, e é isso (adequação). E pra mim, em algum momento vou querer me hormonizar. (Mateus, 26 anos, 15/05/2018).

Contudo, com o objetivo de expandir a rede de apoio para pessoas trans na quarta região metropolitana mais populosa do interior paulista, a Associação Transgêneros de Sorocaba, até o momento da publicação deste ensaio, está a construir o debate sobre a importância da rede de acolhimento para pessoas trans na área da saúde, não apenas por conta do processo transexualizador, mas devido a todas as demandas de saúde da população trans. A implementação dessa rede de apoio envolve outras organizações da sociedade civil, do governo local e de instituições de ensino, as quais gozam de poder político e econômicos necessários para viabilizar o acolhimento para pessoas trans na área da saúde de forma sólida e integral, por meio do SUS.

Sendo assim, compreendemos historicamente como as organizações de travestis e transexuais por direitos civis, melhores condições de vida e dignidade foram fundamentais para pressionar o poder público a implementar políticas públicas como o processo transexualizador, o uso do nome social nas instituições de ensino e demais espaços públicos, a mudança de nome e sexo nos documentos sem a necessidade de cirurgias de redesignação e outras conquistas como as cotas para pessoas trans na pós-graduação. Contudo, devemos sempre estar atentas, pois ainda

não temos uma lei aprovada pelos deputados e senadores com sanção presidencial que garante de fato o acesso à cidadania para pessoas trans, apenas o que temos são decisões feitas pelo Supremo Tribunal Federal, portarias e decretos do Ministério da Saúde e da Educação. O ideal é que seja aprovado o projeto de Lei João Nery de Identidade de Gênero, criado em 2013, porém arquivado. Além disso, há necessidade de maior rigor para punição específica de crimes transfóbicos.

A vida na exploração sexual não pode ser o único lugar onde os nossos jovens possam viver. É urgente a necessidade de espaços sociais fora da prostituição para pessoas trans viverem sem sofrerem violência de gênero pelo sistema heteroterrorismo vigente, longe das máfias do tráfico de drogas, do tráfico humano e sexual.

Os discursos sobre transexualidade reverberados através da oralidade, dentro da comunidade e produzidos por pessoas trans, é uma resistência em face de outros discursos que exercem poder de dominação, como a mídia, a religião e as ciências as quais insistem em essencializar identidades, promover a exotificação e ainda insistem na patologização. O poder dos discursos transfóbicos constroem o imaginário da sociedade sobre a transexualidade: a travesti criminosa, marginal; o transexual que quer se passar pelo que não é, sempre remetendo aos órgão sexuais de forma genitalista, ou seja, colocando o genital como o centro definidor das relações sociais. Nesse imaginário, a transexualidade só aparece quando é pra ser excluída através de um policiamento do comportamento que foge da norma padrão do que é ser homem e mulher. Conseqüentemente isso molda a forma como as famílias, a escola, a igreja e outras instituições tratam as pessoas trans.

Por isso que a criação de redes de acolhimento, discussões, debates, diálogos entre vivências trans, o contar histórias sobre gênero, a construção e propagação da cultura trans, a inserção de pessoas trans na política e no trabalho formal de trabalho são triviais para fortalecer e consolidar a vida de pessoas trans na sociedade brasileira. É a oportunidade de se entender, se reconhecer, sobreviver, e resistir coletivamente para que possamos, de fato, existir e viver plenamente como cidadãs e cidadãos brasileiros.

## Referências

BENTO, Berenice Alves de Mello. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia de Pesquisa Educacional**. São Paulo, Cortez, 2006.

WELLS, Thara. Orientação sexual e identidade de gênero como fatores agravantes no tráfico de pessoas: Eu na Itália. In: VIEIRA, Vera. **Tráfico de Mulheres e Meninas: Educação popular feminista para implementar políticas públicas**. São Paulo, Associação Mulheres pela Paz, 2019.